

A.E.I.S.TALGUMAS QUESTÕES SOBRE OS OBJECTIVOS E LIMITES DA LUTA ESTUDANTIL

1) O QUE TEM SIDO O MOVIMENTO ESTUDANTIL

A industrialização do país, cujos bases foram lançadas na pós-guerra, (electrificação preconizada pelo professor Ferreira Dias, rodos de estredas, etc...) mas que só começou a efectivar-se a partir da década de 50 à custa do capital acumulado durante a 2ª grande guerra, da exploração colonial e de um cerrado proteccionismo estatal, vão provocar alterações quer na função da Universidade quer na sua composição, devido à necessidade de um alargamento da base de recrutamento da sua população para produzir um número maior de quadros técnicos e de administração que esse desenvolvimento pressupõe.

Esta massificação encontra uma Universidade com estruturas arcaicas e rígidas, que nas suas instalações dificilmente comporta o número de estudantes que a ela dão entrada e que com os seus métodos paternalistas, autoritários e repressivos já não têm só pela frente uma massa dócil dos filhos da alta e média burguesia solicitando arrematadamente os instrumentos técnicos e científicos que garantem a sua dominação com classe, na administração das empresas ou do aparelho de estado.

Estas duas alterações (aumento do número de estudantes e alteração da sua composição de classe) não justificam por si as alterações qualitativas que se deram na luta estudantil. Desempenham papel fundamental nesta alteração as vanguardas políticas, mercê da perspectivagem das lutas estudantis quer no interior da Universidade quer contra a repressão directamente exercida pelo estado. A brutal repressão exercida pelo governo contra o Movimento Estudantil a partir de 1962 não foi mais do que um reflexo na Universidade da repressão sobre o movimento operário e porque o movimento estudantil participava de facto numa ampla frente de luta contra as estruturas autoritárias do estado português.

O aparecimento dessas vanguardas políticas é condicionado pelo desenvolvimento da luta operária, de que tem particular incidência na Universidade o aparecimento e luta do M.U.D. juvenil, o período de intensa luta operária de 1958-62 e a posterior crise no movimento operário verificada em 1964.

A amplitude das lutas estudantis não pressupõe, que o movimento estudantil possa desempenhar um papel de vanguarda na luta das classes trabalhadoras contra a exploração do sistema capitalista. Se bem que não inserido directamente na produção, com algumas disponibilidades e uma certa facilidade de acesso à informação cultural e política, os estudantes têm uma origem de classe sobretudo uma situação profissional futura que o faz enfileirar na burguesia. Tudo isto não implica que a Universidade não possa ser uma das frentes de luta pela abolição da sociedade de classes, sempre porém condicionada pelo desenvolvimento da luta operária. A posição face à situação profissional futura permanece ser de maior importância. Ver as posições "de limite" tomadas por grande parte dos poucos estudantes provenientes do operariado e campesinato (e Universidade é para eles uma oportunidade de secundarizar à burguesia) bem como a perda de combatividade de muitos estudantes ao aproximar-se o fim do curso.

2) OBJECTIVOS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Enquanto existirem em Portugal as estruturas capitalistas, isto é, o poder económico e político concentrado nas mãos de um grupo que detém os meios de produção (fábricas, terras, etc...) enquanto que outros grupos têm de vender a sua força de trabalho para subsistir (empregados, operários, camponeses, etc...) a Universidade é irreformável no seu aspecto fundamental: a sua função social.

Qual é então na actual sociedade a função da Universidade? Compõe-lhe por um lado a formação de quadros destinados a integrar-se no sistema de produção capitalista, quer dizer, para trabalhar nas empresas e na máquina estatal, sendo ao mesmo tempo um meio de propagação de uma ideologia que é a da classe dominante. É urgente desmascarar o significado de conceitos que no dia a dia o estudante encontra e ouve no "folheto", nas aulas, na rádio, etc..., tais como "bem comum", "progresso e desenvolvimento económico", etc... Progresso económico (por exemplo) significa que o desenvolvimento da economia capitalista poderá fazer com que aumente o nível de vida de todas as classes, devendo porém notar-se que aos detentores do capital cabe sempre a maior parte desse "bolo"; deve também notar-se que o papel fundamental que a Universidade desempenhou na propagação da ideologia dominante foi hoje ultrapassado pelo dos meios de informação: TV, rádio, pu-

blicidade, imprensa, etc.

A maioria desses quadros técnicos e administrativos (ver supra) embora não seja detentores do capital e tenham de vender também a sua força de trabalho aos capitalistas (sofrendo portanto um certo tipo de exploração) gozam nas empresas de um conjunto de regalias (incluindo a remuneração) pelas quais se colocam ao lado da classe dominante como exploradores chegando mesmo a definir as suas linhas de acção para enfrentar as crises económicas e a luta das classes trabalhadoras (chamou-lha Paul Nizan "cães de guarda da burguesia"). Ver por exemplo que grande parte das medidas de reorganização industrial e de reforma do ensino que hoje se encontram por em vigor já há muito foram defendidas por organismos "puramente técnicos" como o G.E.P.A.E. e o Snc. Técnico da presidência do Conselho.

Só portanto quando os trabalhadores controlarem efectivamente a economia e as estruturas do Estado, e Universidade e todo o sistema de ensino poderá estar ao serviço de todo o povo português e das transformações que esta ainda visa operar na sociedade.

Dentro dos objectivos globais da luta pela transformação da sociedade pelas classes trabalhadoras, o movimento estudantil define como objectivo fundamental da sua luta a democratização do ensino entendido como a modificação da sua função social - a sua colocação ao serviço dos trabalhadores. Este objectivo é neste momento fundamental pois, estando integrado na estratégia das classes trabalhadoras para modificar a actual estrutura social, é aquele que se liga com a prática da luta dos estudantes (luta essa travada até agora principalmente no campo do ensino) e que uma política governamental de Reforma e participação cujo conteúdo é urgente de se executar na prática, implicam que a luta dos estudantes se desenvolva ainda no campo do ensino. Como já tem sido várias vezes focado, essa reforma e participação não surgem por acaso, mas devido a determinadas necessidades do desenvolvimento do capitalismo português. Por outro lado a fundamentalmente a participação visa por um lado a utilização dos estudantes como "tropa de choque" contra os sectores mais retrógrados na Universidade (nomeadamente o corpo docente) e por outro lado a integração do próprio movimento estudantil.

No entanto, ao longo deste ano, os estudantes conquistaram já o direito de discussão dos grandes problemas nacionais, primeiro passo para a sua tomada de posição efectiva face a esses problemas, e a mudança do centro da luta para outro campo, marca do próprio desenvolvimento da luta operária (só ela pode provocar alterações qualitativas importantes na luta estudantil) pode levar o Movimento Estudantil a considerar fundamental outra objectivo que se integra dentro dos objectivos finais dessa luta.

A utilização abusiva da expressão "democratização do ensino" levou-nos ainda a desmascarar de todas as interpretações mistificadoras de que tem sido alvo.

Democratização do ensino não é, como entende o Ministro Veiga Simão, o aumento do bolsa de estudo de modo a permitir o acesso à Universidade dos mais capacitados filhos dos trabalhadores; isso seria afinal, manter o acesso livre aos filhos da burguesia, mesmo aos mais burros, e alargar esse acesso a alguns génioszitos provenientes da classe operária.

Democratização do ensino não é sequer abrir unicamente as portas da Universidade e de todos os graus do ensino aos jovens de todas as classes sociais: para além de não haver alteração da função do ensino e na sociedade actual essa função ser anti-democrática, persistiriam elementos da selecção de natureza classista que operariam de modo a estabelecer uma hierarquização segundo as necessidades do capitalismo.

As diferentes condições alimentares, de higiene, de habitação, de comodidade que existam entre a família de um administrador de empresa ou de um advogado e a família de um assalariado agrícola ou de um operário, implicam desigualdades face ao rendimento escolar. Também a diferente linguagem, a herança cultural de um modo geral, e que as crianças das diversas classes se habituam ao nível familiar colocam-nas em condições de desigualdade, por exemplo nas provas de admissão a diversos graus de ensino (especialmente os primeiros graus).

Própriamente a alternativa à reforma governamental ou a "reforma democrática do ensino" é apenas propor outra alternativa para a Universidade burguesa. A abertura da Universidade a todas as classes sociais, a melhoria científica do ensino, mesmo uma organização interna democrática por muita fricção que pudessem provocar com o governo não transformarão a função da Universidade ao serviço da classe dominante. Não que sejam de despozar na definição de táticas para obter uma série de conquistas que permitam quer uma consolidação do movimento sindical, quer a conquista de novas formas de organização, quer ainda travar uma luta onde na prática os estudantes poderão compreender o verdadeiro significado do que é a destruição do conteúdo classista do ensino. O que nos parece uma mistificação é contrair toda a luta estudantil à volta de tal "reforma democrática", isto é, considerá-la na prática como o objectivo final do movimento estudantil.